

## EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA CRECHE: A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10. 639/03

Marilaine Lopes Barboza<sup>1</sup>

Prof<sup>o</sup> Dr. Fábio Fernandes Villela<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo apresenta um recorte da pesquisa de mestrado em andamento, que intenciona apresentar a importância de se trabalhar a educação antirracista a partir do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana com crianças de 0 a 3 anos que estão na creche. A educação infantil é a primeira etapa da educação básica que visa o desenvolvimento integral da criança. A escola, muitas vezes, é o primeiro espaço de socialização depois do ambiente familiar, assim, é de suma importância discutir sobre uma educação antirracista e também, o papel dos educadores na promoção de uma construção identitária positiva das crianças negras e não negras, o desenvolvimento de reflexões e a contribuição para a formação social. Para a coleta de dados utilizamos o método do grupo focal, com os seguintes recursos: questionários com as participantes, observação da prática e do planejamento docente e dois encontros presenciais. E foi proposto a utilização de um livro literário que aborde a temática e auxilie na implementação da Lei 10.639/03. O referencial teórico buscou compreender os pressupostos educacionais voltados para esta faixa etária, estudos que discutem a questão racial na educação infantil e os efeitos do racismo para o desenvolvimento dos sujeitos. Os dados revelaram a importância de se trabalhar uma educação antirracista desde a mais tenra idade para a construção da identidade das crianças entre outros.

---

<sup>1</sup> Marilaine Lopes Barboza, mestranda do Programa de Pós-graduação em Docência para Educação Básica da Faculdade de Ciências, FC, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, campus de Bauru, [marilaine.lopes-barboza@unesp.br](mailto:marilaine.lopes-barboza@unesp.br)

<sup>2</sup>Fábio Fernandes Villela, Doutor em Sociologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica da Faculdade de Ciências, FC, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, campus de Bauru, [fabio.villela@unep.br](mailto:fabio.villela@unep.br)

**Palavras-chave:** Educação Antirracista, Creche, Lei 10.639/03, Literatura.

## INTRODUÇÃO

Este estudo é um recorte da pesquisa de que foi desenvolvida em uma creche pública municipal do interior do estado de São Paulo. Com a implementação da Lei 10.639/03 que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana tornou-se obrigatório o trabalho dessa temática em toda a educação básica. A pesquisa, objetivou, portanto, evidenciar a importância de se trabalhar a educação antirracista desde a creche para a promoção e construção identitária positiva das crianças negras e não negras. A partir de uma abordagem qualitativa com aplicação de questionários e observação *in loco*, analisada na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica. Os resultados obtidos demonstraram relevância para trabalhar uma educação para as relações étnico-raciais desde a mais tenra idade. Assim, este estudo é de suma importância para o campo educacional, pois, além de mostrar o quanto é primordial o trabalho com a Lei 10.639/03 com crianças de 0 a 03 anos, bebês e crianças bem pequenas, fomentará reflexões para se pensar propostas pedagógicas para trabalhar a temática.

Pois, se a educação infantil é a primeira etapa da educação básica que visa o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos: físico, psicológico, intelectual e social, e muitas vezes a escola é o primeiro espaço de socialização depois do familiar. Sendo a criança um sujeito histórico e de direitos que nas interações e vivências vai formando sua identidade, dando sentido ao mundo a sua volta (DCNEI, 2010) é fundamental refletir como a questão racial atravessa as infâncias e os efeitos do racismo nesse processo.

Visto que há uma crença que, ainda, permeia a educação infantil de que nesse espaço não há práticas racistas, preconceituosas ou discriminatórias, como se reinasse a harmonia e que a criança não é racista. Equívocos que acabam negligenciando o trabalho de uma educação para as relações étnico-raciais. Contudo, a partir dos anos 90, pesquisas apresentam uma realidade bem diferente dessa crença, ou seja, práticas racistas ocorrem na educação infantil seja de maneira velada ou explícita. Afinal, o racismo é estrutural e se manifesta em todas as esferas sociais, inclusive na escola.

Segundo Almeida (2021, p.20-21),

A tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal da sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido,

a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea.

Ou seja, a ideologia do racismo está intrínseca no imaginário social coletivo do brasileiro que a partir de ideias criadas pelo europeu para legitimar a escravidão dos povos africanos passou a difundir concepções que diferenciam os homens em raças superiores e raças inferiores. De acordo com Munanga (2004), a origem do conceito de raça vem do italiano *razza* e do latim *ratio*, utilizado pelas ciências naturais para classificar as espécies de animais e vegetais.

Segundo Carneiro (2011, p. 153):

Primeiro chegou a cruz. Em seu nome os teólogos do século XVI justificaram a escravidão sob o argumento de que o africano era um homem que não tinha religião, mas superstições; não tinha língua, mas dialeto; não tinha arte, mas folclore. Depois veio a ciência. A construção das noções de inferioridade e de superioridade dos povos, com ápice no racialismo do século XIX, constituiu-se em um longo acúmulo teórico de diferentes disciplinas, em especial as ciências naturais no que concernem à classificação e à diferenciação dos homens, em regra com base nos conhecimentos da botânica e da biologia, transportados para espécie humana. O que estava em questão eram as necessidades de classificar, compreender, identificar, catalogar a diversidade humana, a alteridade, ou seja, o outro.

Contudo, essa teoria de que os homens são divididos em raças foi abandonada, principalmente, com os avanços da genética no século XX. Porém, se cientificamente o conceito de raça não existe como marcador de classificação entre raça branca superior e raça negra inferior, socialmente ele continua forte e desumanizando o povo negro. Claro que todo conceito tem uma dimensão sócio-histórica temporal que precisa ser considerada.

De acordo com Gomes (2017), o Movimento Negro ressignificou o conceito de raça que passa a ser vista como potência de emancipação, com isso passa - se a questionar a história oficial do Brasil e a forma como o negro foi retratado e silenciado ao longo dos tempos. Promovendo novo olhar sobre a questão racial e a identidade do povo negro.

Ao politizar a raça, o Movimento Negro desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial. (Gomes, 2017, p. 22)

Assim, evidencia a desigualdade entre brancos e negros é herança do período escravista, derrubando o mito da democracia racial e revelando o racismo que estrutura a sociedade. A promulgação da Lei 10.639/03 foi fruto de muita luta do movimento negro para contrapor a narrativa eurocêntrica presente no currículo ao longo dos tempos. Ao incluir o ensino da Histórica e Cultura Afro-Brasileira e africana na educação básica significa

[...] ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e européia. É preciso ter clareza que o Art. 26A acrescido à Lei 9.394/1996 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas. (Brasil, 2005, p. 17)

Assim, se faz necessário trabalhar a temática desde a creche para promover o desenvolvimento integral das crianças e ao mesmo tempo combater práticas racistas dentro do espaço escolar. Pois, de acordo com Araújo e Gomes (2023, p.17),

Já no berçário, as crianças, de um modo geral, e as negras, em específico, são perturbadas se têm cabelo liso, anelado ou crespo, se são mais clarinhas ou escurinhas, se nascem com ‘aquilo roxo’, como se diz em algumas partes do país ou se possuem nariz chato ou fino. (...) Como, então, duvidar de que as crianças ao viverem suas infâncias não são afetadas pela maneira como são vistas desde que nascem e pelos estereótipos e preconceitos raciais e de gênero? Como não dizer que a sua corporeidade, ao se inserir na cultura, não se insere em um mundo adulto marcado pelo racismo, machismo, valores morais, religiosos e desigualdades que marcam a sua trajetória e o seu desenvolvimento humano? Se considerarmos as crianças sujeitos de direitos, como dizer que elas não notam, sentem, vivem, interpretam e criam estratégias para lidar com o mundo? E como não admitir que elas acabam por se educar ou deseducar para lidar com as suas próprias diferenças e das outras crianças?

Deste modo, a reflexão sobre uma educação para as relações étnico-raciais na creche é necessária, entender como a raça atravessa o desenvolvimento das crianças negras, como estão construindo sua identidade e combater os estereótipos racistas que atravessam o tempo. Pois, como pontua Nogueira (2008, p. 41),

As marcas da infância são difíceis de serem removidas?

Isildinha - Eu diria que é quase impossível. O que se imprime na primeira infância é para sempre. De 0 a 6 anos vivemos muito próximos da família. Alguém pode perguntar: “mas como é que o racismo chega se nós vivemos muito próximos da família?” A resposta é que o racismo é internalizado. Nossos pais, certamente, sofreram o olhar da discriminação. A própria família vivencia essa dor, essa ferida. As relações originais – as primeiras da vida que incluem pai e mãe - são

importantíssimas. A maneira como nossos pais nos vêem, é como nós vamos nos ver para o resto das nossas vidas. Feridas da infância não saram nunca. O que a gente pode aprender, ao longo da vida, é como lidar com elas.

Assim podemos entender que o racismo molda a conduta, o modo de pensar, produzir e sentir do sujeito. Ou seja, as crianças negras são privadas de se desenvolverem integralmente quando não se combate as práticas racistas e quando não lhes apresentam novas narrativas sobre a população negra, sem os estereótipos.

## **METODOLOGIA**

Este estudo se orienta pela abordagem qualitativa a partir do trabalho de Gerhart e Silveira (2009), em que “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.” (Gerhart; Silveira, 2009, p. 32) Para a coleta de dados utilizamos o método do grupo focal, formado por cinco professoras, baseado em Costa (2009). Foram coletados por etapas com os seguintes recursos: questionários semiestruturados com as participantes, observação da prática na sala de referência e do planejamento docente e dois encontros presenciais. Sendo analisados na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica idealizada por Dermeval Saviani.

### **Etapas da pesquisa**

1º Etapa	1º Momento: encontro presencial com as participantes da pesquisa – apresentação da pesquisa e aplicação de um questionário. 2º Momento: observação da prática docente e do planejamento da proposta. 3º Momento: análise dos dados objetidos no 1º e 2º momentos.
2ª Etapa	Encontro presencial com o grupo focal sobre os pontos observados na primeira etapa; estudo pontual da Lei 10.639/03. Apresentação do produto educacional e o envio de um questionário para relatarm suas impressões do material.
3ª Etapa	Observação da prática docente com a utilização do produto educacional e do seu planejamento;
4ª Etapa	Análise das contribuições do livro literário para o trabalho pedagógico a partir de um questionário enviado as participantes pelo whatsapp. Não foi possível um último encontro presencial.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora. (2024)

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A primeira etapa da pesquisa na qual objetivou conhecer o grupo focal, ou seja, as participantes da pesquisa, para compreender seus conhecimentos em relação a Lei 10.639/03, as dificuldades de desenvolverem propostas na perspectiva da referida lei com a faixa etária, se é possível trabalhar uma educação antirracista pela literatura. Os dados obtidos nessa etapa, que foi dividida em três momentos, visaram ter uma compreensão maior da prática educativa, isto é, como as professoras concebiam trabalhar o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana com crianças de 0 a 03 anos. O questionário evidenciou o conhecimento do grupo focal sobre a temática e suas dificuldades, evidenciando um dado importante em relação a formação continuada das docentes. Segundo estas, há poucos cursos voltados a trabalhar a Lei 10.639/03 e que contemple a faixa etária da creche.

Na segunda etapa, realizamos um encontro presencial com o grupo focal para discutirmos os pontos observados na primeira etapa. Elencamos uma análise das repostas do primeiro questionário que ficou evidente a questão da formação continuada em relação a temática, assim como a possibilidade de trabalhá-la a partir da literatura e que há critérios na curadoria das obras literárias que serão lidas para a turma para não reforçar estereótipos racistas que impactam a construção identitária das crianças e seu desenvolvimento integral.

Buscando ampliar o conhecimento das professoras fizemos um estudo pontual da Lei 10.639/03 e das Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana para auxiliá-las na reflexão da sua prática pedagógica. Apresentamos o nosso produto educacional, o livro literário “Amari” que aborda a história e cultura afro-brasileira e africana para ser trabalhado na creche. Pois, as professoras relataram que há poucos livros no acervo da escola para trabalhar a temática do negro voltados para a faixa etária do 0 a 03 anos. Para verificar as impressões do grupo focal, este respondeu um questionário via google forms sobre as impressões do livro.

Na terceira etapa, observamos a prática docente com a utilização do livro literário “Amari” durante a roda de leitura, a proposta pedagógica e seu planejamento. Nesta etapa, pudemos evidenciar reações das crianças e discussões a respeito do que viam, o quanto isso influencia seu modo de ver outro e a si mesma. Em outras palavras, alguns apontamentos das próprias crianças evidenciaram como as crianças se percebem nas histórias literárias e o efeito disso em sua construção identitária.

Maria, nome fictício, uma criança negra de cabelo cacheado do maternal 1, ao ver a personagem principal disse sorrindo com o corpo todo “Parece comigo”, algumas crianças ao

ouvirem seu apontamento olharam para ilustração e para a Maria. Essa cena provoca muitas reflexões para compreender como as crianças vão construindo sua identidade. Pois ter uma protagonista negra retinta e de cabelo crespo na capa de um livro apresentada de maneira positiva em que uma criança negra se identifica com a personagem seria uma cena improvável anos atrás. A reação da Maria, ao perceber a semelhança demonstra muita alegria que é perceptível pela sua expressão corporal. E o impacto que esse apontamento teve nas crianças brancas, pois viram que nesse lugar de protagonismo há crianças negras em destaque, vão elaborando suas conjecturas sobre o mundo a sua volta. Durante a leitura quando apareceu a personagem principal um coleguinha disse parece a “Maria”. Evidenciando a importância da representatividade positiva do povo negro para a construção identitária das crianças.

A partir da leitura da história a professora desenvolveu uma proposta que trabalhou a diversidade das características humanas. Ela apresentou imagens de pessoas para a turma, iam conversando sobre o que viam. Depois pediu para que cada criança fosse até o espelho e se olhasse, perceberam que eram diferentes. Em seguida entregou canetinha e giz de cera que representa vários tons de pele. Algumas crianças perguntaram esse é minha cor para a professora e colocavam a canetinha perto do braço. Elas iam contentes deixar marco no suporte oferecido pela sala. A professora relatou que pesquisou como poderia desenvolver essa proposta que surgiu a partir da leitura do livro.

Duas professoras relataram que como na história aparece instrumentos musicais, principalmente, o pandeiro. Elas pesquisaram vídeos sobre esses instrumentos e elaboraram propostas para apresentar alguns para as crianças. Levaram um pandeiro para as crianças apreciarem e explorarem. Pelo relato das docentes a história do livro promoveu um reflexão do fazer pedagógico, pois elas estudaram como desenvolver esse trabalho. Isso foi possível observar durante a realização da proposta junto as crianças.

Na quarta etapa, analisamos as contribuições do livro literário “Amari” para o trabalho pedagógico a partir de um questionário encaminhado ao grupo focal via whatsapp, pois não foi possível um último encontro presencial. Claro que, pelas observações da etapa anterior, já vimos algumas das contribuições do livro para o trabalho pedagógico.

Apresentamos um recorte da pesquisa realizada em relação a implementação da Lei 10.639/03 na creche pela literatura. A partir da observação in loco e do relato do grupo focal sobre a utilização do livro “Amari” evidenciou que esse material pedagógico ampliou a reflexão das docentes. Assim como demonstra a possibilidade de se trabalhar uma educação para as relações etnico-raciais com crianças de 0 a 03 anos para o seu desenvolvimento integral.



Contudo, a necessidade de mais cursos formativos que contemple todos os professores e mais livros literários para o acervo da escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou apresentar a importância de se trabalhar o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana com crianças de 0 a 03 anos na creche, a partir de um recorte, apresentamos que é possível trabalhar a implementação da Lei 10.639/03 com essa faixa etária. Sendo um trabalho fundamental para uma construção identitária positiva das crianças negras e não negras possibilitando combater o racismo e práticas racistas nesse espaço educativo. E que é necessário investir mais em cursos formativos que atendam dos os professores e faixa etária da sua turma, assim como, disponibilizar mais livros com a temática para o acervo das escolas.

A discussão sobre a essa temática na creche objetiva fomentar mais pesquisas com essa faixa etária, evidenciando a importância da educação infantil para o desenvolvimento integral das crianças. E que professores e educadores reflitam sobre as questões étnico-raciais que atravessam a prática pedagógica, propiciando o diálogo entre o conhecimento e a prática.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram na realização deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

BRASIL. **Lei N ° 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10/01/ 2003. Altera a Lei n° 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática —História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília, 2003. Disponível em: <  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Alterar%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Alterar%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs)>. Acesso em: 24 mar. 2024.



BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: Ministério da Educação, 2005. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas\\_interdisciplinares/diretrizes\\_curriculares\\_nacionais\\_para\\_a\\_educacao\\_das\\_relacoes\\_etnico\\_raciais\\_e\\_para\\_o\\_ensino\\_de\\_historia\\_e\\_cultura\\_afro\\_brasileira\\_e\\_africana.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2024.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares\\_2012.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf)>. Acesso em: 24 fev. 2024.

COSTA, Maria Eugênia Belczak. Grupo Focal. In: DUARTE, J; Barros, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** org. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GERHART, Tatiana; SILVEIRA, T. Denise. **Métodos de Pesquisa.** Org. coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino; ARAÚJO, Marlene de. (orgs.). **Infâncias Negras: vivências e lutas por uma vida justa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira.** Tradução. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: [https://biblio.fflch.usp.br/Munanga\\_K\\_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismooIdentidadeEEtnia.pdf](https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismooIdentidadeEEtnia.pdf). Acesso em: 19 dez. 2024.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Ninguém foge da própria história.** Entrevista concedida ao INSTITUTO AMMA, Psique e Negritude. Os Efeitos Psicossociais do Racismo. São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://www.ammapsique.org.br/baixar/Os-efeitos-psicossociais-do-racismo.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

OLIVEIRA, Fabiana de. **Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?** 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2555/DissFO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 19 set. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria.** Campinas, SP. Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** 12 ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2021.